

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

JUNIOR, Heitor Frúgoli. Heitor Frúgoli Junior (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 8min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Heitor Frúgoli Junior
(depoimento, 2017)**

Rio de Janeiro

2018

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Celso Castro;

Técnico de gravação: João Paulo Pugin;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 30/08/2016

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Antropologia; Antropologia urbana; Atentados de 11 de setembro (USA); Atividade profissional; Brasil; Carreira acadêmica; Ciências sociais; Comércio interno; Estados Unidos da América; Família; Infância; Magistério; Manifestações populares; Movimento estudantil; Movimentos políticos; Movimentos populares; Obras de referência; Obras literárias; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Portugal; Pós - graduação; São Paulo; Sociologia; Universidade de São Paulo;

Sumário

2ª Entrevista: 12/01/2017

Experiência nos Estados Unidos durante os atentados de 11 de setembro de 2001; pesquisas sobre ativismo urbano e manifestações de 2013; críticas ao termo ativismo político e coletivos sociais; importância e dificuldades da antropologia urbana; tradição dos estudos da antropologia urbana no Brasil; experiências no CONDEFAT; obras literárias marcantes.

2ª. Entrevista: 12.01.2017

C.C. – Bom, São Paulo, doze de janeiro de 2017, segunda sessão da entrevista com Heitor Frugoli, Celso Castro entrevistando, projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil, e João Curim filmando. Obrigado. Bom, Heitor, então, queria começar essa segunda sessão perguntando sobre a tua experiência lá nos Estados Unidos no onze de setembro, que você foi para uma Lasa (encontro da Latin American Studies Association), em 2001, e teve o atentado das Torres Gêmeas. Por acaso você estava na cidade.

H.F. – É verdade.

C.C. – Como foi?

H.F. – Eu fui para participar da Lasa, em Washington D. C., e na época tinha uma logística, ficava mais barato voltar via Nova York. Nessa altura, eu tinha um grande amigo lá fazendo doutorado, morando no Queens. Então eu cheguei a Nova York dois dias antes. Na verdade, eu cheguei a circular pelo espaço ali do sul de Manhattan um dia antes. E, no dia mesmo que aconteceu, eu estava no Queens e me avisaram que estava já acontecendo na televisão. Nessa altura uma das torres já tinha sido atingida, a outra veio a ser atingida, e toda aquela movimentação posterior. Meu amigo trabalhava lá perto, e desceu, naquela altura, para ver também o que estava acontecendo, e ele estava próximo quando a primeira torre desabou. Pegou toda aquela poeira, aquela fumaça. Puxaram-no para o lobby de um prédio. E eu acompanhei tudo aquilo no Queens, e acabou por ser um aprendizado também involuntário muito importante sobre aquele evento, pela proximidade. Porque tinham outros brasileiros, colegas, amigos meus que estavam por lá, mais isolados. O fato de eu estar na casa de um amigo que dominava a geografia, fazia universidade, me ajudou também a me locomover por ali e acompanhar os eventos posteriores de um jeito muito interessante.

C.C. – A cobertura da mídia ao vivo, eu já assisti depois. Impressionante é que, durante uma meia hora, não se davam conta de que podia ser um atentado. Essa palavra só surge bem depois. Parecia que tinha um acidente e ... tem uma transmissão famosa da tevê ao vivo, e bate o segundo avião, e o repórter pensa que é um “replay” da imagem primeira. Então assim, realmente foi uma coisa muito inesperada. Não sei se você teve essa sensação.

H.F. – Quando veio a informação do primeiro avião, achava-se que teria sido um avião de pequeno porte que batera por acidente. Não se tinha essa dimensão. Realmente, só mais tarde que isso veio a se configurar. Porque foi alguma coisa que superou muito a imaginação. Agora, o que foi importante foi a vivência posterior porque, primeiro foram proibidos voos durante vários dias. E a cobertura que se tinha, por exemplo, fora dos Estados Unidos, era um pouco diferente do que acontecia em Nova York. Depois conversando com amigos meus aqui no Brasil, a tendência aqui era se falar de um alarmismo, pessoas que estavam correndo para os supermercados, comprando coisas, quando, na verdade, não era exatamente isso que estava acontecendo. Tanto que, quando eu soube, eu saí ali pelo Queens, as pessoas estavam no bar, acompanhando, mas não tinha um pânico, como se imaginava olhando de fora. Claro que era

um evento preocupante... E eu fiquei durante uma semana em Nova York antes de voltar. E nesse tempo a gente acompanhou vários eventos. Teve uma passeata, por exemplo, a partir da Washington Square, uma praça para onde confluíram pessoas que estavam inconformadas com o que aconteceu. Iam ali se manifestar. Mas, gradativamente, aquele espaço se tornou um espaço de manifestações, sobretudo da esquerda universitária. E aí se tornou um espaço de uma reivindicação política para que o evento não se desdobrasse em uma guerra, como acabou acontecendo. E quinta-feira, se eu não me engano, quinta ou sexta, houve uma grande passeata que saiu da Union Square. Não era enorme, mas era uma passeata bem expressiva, criticando a possível transformação daquilo em uma guerra. E não saiu na mídia. A gente participou. Chegamos em casa, assistimos a várias notícias, em vários canais. Nessa altura, a CNN e outras emissoras estavam produzindo já um consenso em torno da necessidade de os Estados Unidos reagir na guerra contra o terrorismo e tudo mais. Agora, por outro lado, apareceu também essa dimensão, digamos, das pessoas que faziam trabalho voluntário para, vamos dizer, superar ali os problemas. Eu tinha um encontro com uma amiga minha, norte americana, que eu já falei aqui na entrevista, em um dia que o prefeito tinha proibido ou tinha recomendado que não se fosse a Manhattan. Eu achei também que não era o caso, mas ela banalizou. Quer dizer, tinha todo um modo específico também de os norte-americanos lidarem com aquele evento. Muito impressionante.

C.C. – Bom, para fazer uma ponte do interesse do Geac também com os ativismos urbanos ali ...

H.F. – Ah, sim. Então, o tema dos ativismos urbanos...

C.C. – Como é que ele surgiu?

H.F. – Eu tenho sido procurado em sala de aula, já há alguns anos, por alunos interessados, não só das Ciências Sociais, mas de outras áreas, em pesquisar o tema dos coletivos. Isso foi aparecendo de forma muito recorrente. Depois eu fui procurado por pessoas que se tornaram orientandas, que começaram a pensar em projetos. Tenho atualmente um doutorando que eu oriento, Daniel Caldeira, que trabalha com ativismos na cidade de São Paulo. E tenho uma orientanda também, a Gabriela Leal, que pesquisa o uso do grafite, e que fundou um tipo de grupo que atua no sentido de entender e intervir na cidade, na região do Minhocão. E o que foi chamando a atenção, sobretudo durante a gestão Fernando Haddad (2013-2016), que finalizou agora, é uma eclosão de grupos, agrupamentos interessados em intervir no espaço público, em diálogo com uma gestão que, dentro de certos contornos, também voltou a pensar a questão da mobilidade urbana, a abrir certos espaços para usos de pedestres nos fins de semana, a transformação de determinados espaços em parques. O Minhocão começou a ser chamado de Parque Minhocão, a Av. Paulista começou a ser aberta aos pedestres nos fins de semana. E por fim, esse tema começou a ser alvo de pesquisas. Eu acho que, em boa parte, se relacionando com algo que aconteceu nas chamadas “jornadas de junho de 2013. Porque, naquele momento, pelo menos em São Paulo e em Porto Alegre, começou como um movimento na luta pela melhoria da mobilidade urbana. Eram lutas contra o aumento da passagem de ônibus. Isso originou uma série de contestações que depois se desdobraram, e se ampliaram, se proliferaram em várias cidades brasileiras, de uma forma impressionante. E também com múltiplas demandas. Inclusive, eu me recordo de uma semana em que teve uma grande repressão em São

Paulo contra os manifestantes, e foi chamada uma manifestação no Largo da Batata, aqui em São Paulo, que foi *muito* expressiva, teve a participação de mais de cem mil pessoas no seu começo, e que rumaram para vários lugares. Já existia um uso do espaço público diferente das manifestações anteriores, nas quais, em geral, elas iam para um determinado lugar com um comício. De certa forma isso não existe mais, não é? Mas foi um dia (17/6/2013) em que eclodiram manifestações em várias outras cidades, várias outras metrópoles, com desdobramentos muito interessantes e com posicionamentos políticos múltiplos, da esquerda até a direita.

C.C. – Isso era o que eu ia te perguntar. Que, em 2013, a surpresa que se teve com as “jornadas”, essa movimentação toda, de mesmo a classe política, os partidos não saberem lidar com aquilo. Não seguia nenhuma orientação partidária, essas linhas tradicionais de ação não passavam por aí. Uns achavam que era uma coisa anarquista. No sentido político. Mas, talvez seja anarquista de organização, ou o que se imagina que seja organização também, às vezes essas coisas não funcionam tão coletivamente como se imagina. Não sei. Qual é a tua percepção dessa...? Os coletivos, existe coletivo de tudo hoje em dia, não é?

H.F. – Exato.

C.C. – Os alunos que vão fazer vestibular lá na FGV, quando perguntam “Ah, tem coletivo aqui?”. Eles querem saber se tem coletivo.

H.F. – Sim.

C.C. – E coletivo de tudo: coletivo de mulheres, de negros, todos os coletivos que você imaginar.

H.F. – Eu acho que, na época, tinha uma discussão, que também se desdobrou, do uso das redes sociais para construir determinados consensos, uma certa quebra da hierarquia ligada a sindicatos, a partidos, uma série de atuação múltiplas, que em um certo momento levaram a quase uma fragmentação, não é? Tinham fotos da época, parecia que as quase demandas se individualizavam naquele momento. E demandas que, em um certo sentido, começaram a entrar em conflito umas com as outras nos próprios espaços públicos. Então foi um momento muito forte na política brasileira, e que se desdobrou, eu acho, por vários caminhos.

C.C. – Nem todos de esquerda ou progressistas. Isso é interessante.

H.F. – Nem todos de esquerda, exatamente. Por exemplo, as manifestações contra a ex-presidente Dilma, em parte, têm uma certa relação com esse uso do espaço, o que faz, inclusive, com que setores de esquerda critiquem o junho de 2013. Mas, ao mesmo tempo, você também tem vários coletivos, com posicionamentos mais de esquerda, que também têm uma relação com esse momento. E é algo que eu acho que aumentou significativamente ao longo do ano passado (2016), no processo de impeachment, quando, então, na verdade, uma série de novas manifestações aconteceram nas ruas, também ocupando os espaços públicos. Eu, particularmente, estou interessado nesse momento em pesquisar o modo como a cidade vem sendo ressignificada, em um certo sentido, por essas ocupações. O tema do espaço público é um tema clássico dos estudos urbanos, mas talvez a gente tenha que prestar atenção no modo como isso está sendo agora redimensionado por esses grupos. Quais as continuidades e

descontinuidades também, não é? O próprio tema ativismo, em um certo sentido, representa um rompimento com a figura do militante. Mas, é interessante que, ultimamente, têm aparecido também, em alguns debates, a própria crítica ao tema ativista, quer dizer, como se o ativista já tivesse, em um certo sentido, capturado por algumas tendências, e hoje já se quer reinventar, superando essa denominação. Então, é um campo muito interessante, com todos os desafios que isso representa também do ponto de vista da pesquisa, não é? Sobretudo porque, quando a gente pesquisa, digamos, coletivos, e esses coletivos de contestação com os quais a gente se identifica, é preciso também ter clareza quanto ao estranhamento que você precisa ter para não apenas reproduzir, em um sentido de não apenas endossar aquilo que está sendo praticado...

C.C. – Um ideólogo do movimento... [inaudível].

H.F. – ... que é uma temática que aparece já em muitos momentos da antropologia urbana.

C.C. – Falando em antropologia urbana, queria voltar um pouco no tempo. Tua experiência acadêmica nas reuniões tanto da ABA quanto da Anpocs. Desde 2002 você coordena GT's e seminários temáticos. Como é que você viu esse campo da Antropologia Urbana? Porque, nessa posição de coordenador, você recebe não só as propostas de trabalho, organiza as mesas, e tem contato com uma produção para além do GEAC, além das coisas que você lida no dia a dia. Como é que você viu, de 2002 para hoje, a gente tem aí quinze anos quase de Antropologia urbana?

H.F. – Olha, é um espaço importante, eu acho, que tem que ser preservado e ampliado. Eu tive oportunidade de primeiro organizar uma mesa, um GT na ABA com a Fernanda Peixoto (USP), depois, em 2004, com a Luciana Andrade (PUC de Minas). E nessas duas experiências, a gente procurou definir um espaço ligado à questão da antropologia urbana e da etnografia urbana. Posteriormente, a gente ampliou esse espaço para a Anpocs. Entre 2007 e 2009, eu coordenei um GT também ligado à questão dos estudos urbanos, da antropologia e da sociologia urbana na Anpocs com a Laura Graziela (UFF), e depois esse GT passou para a coordenação da Cristina Patriota, da UnB, e da Mariana Cavalcanti, da FGV do Rio de Janeiro. É um campo importante, é um campo com muita demanda, mas eu acho que é um campo, comparando, por exemplo, com outros campos... existe uma dificuldade para se definir uma espécie de consolidação de certas questões teóricas, que passariam para frente, para os novos estudos em antropologia urbana, com mais densidade. Uma dificuldade que eu sinto na antropologia urbana é que determinadas pesquisas que são realizadas não ficam fixadas como referências, e existe uma tendência de novos pesquisadores de um pouco “reinventarem a roda”... Claro que eu estou falando de uma forma muito genérica. Existem tendências, existem campos que têm se constituído, ligados a essas áreas das quais eu já falei em outro momento da entrevista, ligados, por exemplo, às tendências instituídas por Gilberto Velho, Antônio Arantes, Magnani. Mas, de toda a forma, apesar dessas tradições, eu sinto que ainda é um campo que precisaria consolidar um pouco mais determinadas referências. Acho que é uma coisa que eu tenho trabalhado muito, com parceiros e parceiras nesses fóruns, que é justamente pensar os pressupostos das etnografias, pensar as pesquisas. Quer dizer, o que as etnografias mostram. Pensar as teorias que dialogam de forma mais apropriada com essas dimensões. Tem sido, acho, um espaço importante, mas com todos os desafios que se colocam constantemente.

C.C. – Mas você acha que esses desafios que você está identificando, eles são nacionais? Quer dizer, isso acontece no Brasil ou também fora? A tua experiência, por exemplo, quando você passou um tempo na Holanda, na Universidade de Leiden. Você tem contato com pessoas que estudam questões urbanas em geral?

H.F. – Olha, eu diria o seguinte: eu acho que a tradição de antropologia urbana, o Gilberto Velho já falou isso uma vez, não é? A tradição da antropologia urbana no Brasil é muito forte. Às vezes mais forte que em outros contextos. A gente tem, nos Estados Unidos, uma tradição, mas o Brasil tem uma tradição de estudos urbanos na área da antropologia muito significativa, que não é algo que, em um certo sentido, se reproduz necessariamente em outros contextos, não é? Você falou agora da minha experiência na Holanda, não é? Por exemplo, eu fui professor visitante da Universidade de Leiden em 2010. Uma coisa que eu percebo é que, por exemplo, você não tem uma tradição de antropologia urbana na Holanda muito reconhecida. Quando você fala em antropologia, você fala em etnografia, vem muito essa dimensão dos estudos clássicos, dos estudos além-mar, dos estudos com sociedades de pequeno porte...

C.C. – Não ocidentais.

H.F. – Não ocidentais. Exatamente. Ao contrário, por exemplo, do que acontece na França, onde você tem estudos, autores ligados à antropologia urbana, Colette Pétonnet, Michel Agier, então são campos que se constroem, não é? Mas são campos localizados. Talvez na Europa, a França seja o país onde você tem essa tradição um pouco mais consolidada. Ao contrário do que acontece no Brasil, onde eu acho que essa ideia da antropologia de nós mesmos, que é uma marca da antropologia brasileira, se traduz também em uma antropologia urbana significativa sobre a cidade, sobre nós mesmos enquanto cidadãos. Mas é um campo que, em um certo sentido, concorre com determinadas especializações, não é? Por exemplo, a antropologia da violência, a antropologia de gênero... Isso tende, em um certo sentido, a se autonomizar, e, em um certo sentido, acabar por atrair excelentes etnógrafos urbanos, que acabam dialogando com tendências um pouco mais circunscritas do que um estudo mais abrangente sobre a cidade.

C.C. – Bom, nós já falamos da tua experiência em Portugal também, não é? Com a Graça. Quero mencionar. Outro país europeu que tem uma tradição também de Antropologia urbana.

H.F. – É verdade.

C.C. – No caso também, teve influência direta do Gilberto, que foi lá e fez muitas pontes, e depois com a Graça Índias Cordeiro, com quem você mantém até hoje contato.

H.F. – É verdade, tinha me esquecido. Comentei da França, mas sim, Portugal também é um espaço...

C.C. – Em escala menor, por causa do tamanho do país...

H.F. – Em escala menor, mas num diálogo muito significativo com o Brasil, não é?

C.C. – Um diálogo em português, não é?

H.F. – Exatamente.

C.C. – Nos últimos anos, com a facilidade... Bom, que agora se encerrou, espero que apenas temporariamente. Mobilidade de pós-doutorado, sanduíche... Muita gente foi passar um tempo em Portugal e teve essa experiência.

H.F. – Seria importante que isso tivesse continuidade, porque eu acho que nos últimos anos isso tem se tornado mais denso, não é? E acho que há um campo de interlocuções. Quando houve, inclusive, o lançamento do livro “Antropologia da cidade” (2011), do Michel Agier, que foi traduzido pela Graça Cordeiro, do francês para o português, com uma revisão conceitual minha. Nós escrevemos, inclusive, um prefácio para a edição brasileira. E houve, naquele momento, um debate de lançamento do livro em Lisboa, com a participação do Agier. E o debate se chamava “Antropologia urbana em língua portuguesa”. Que era justamente essa ideia de se pensar as especificidades de uma antropologia urbana que envolve os países de língua portuguesa. E mesmo a participação do Agier nesse campo é interessante, porque ele morou sete anos em Salvador. Então, ao produzir suas pesquisas em Salvador, ele, inclusive, na época, dialogava muito com autores brasileiros. Embora seja um antropólogo francês, a obra dele tem um debate bastante interessante no que diz respeito ao Brasil, à antropologia, às Ciências Sociais brasileiras.

C.C. – Agora, a gente está falando basicamente do campo acadêmico, não é? Mas eu queria também ouvir sobre a tua experiência no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, ligado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo) desde 2013, que você é conselheiro. Aí você está lidando com outra dimensão, não estritamente acadêmica, embora o teu papel seja a partir de um lugar acadêmico, de uma trajetória, de uma carreira que você construiu. Como é que tem sido? Ainda continua essa experiência?

H.F. – É uma experiência que eu acho importante também. O Condephaat, enfim, é um conselho que conta com uma representação significativa de docentes das universidades públicas paulistas, e isso faz com que se torne um conselho muito dinâmico na deliberação de determinados temas de preservação. Eu faço parte desde de 2013 do Condephaat na condição de conselheiro relator. A gente recebe determinados processos produzidos pelos historiadores, arquitetos, pelos profissionais da UPPH (Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico)/Condephaat e toma decisões coletivas quanto a solicitações de tombamento, estudos de tombamento, ou registros de patrimônio imaterial. E tem sido uma experiência muito interessante, primeiro porque o Condephaat revela uma arena onde você entende muito conflitos urbanos, muitas dimensões de preservação que se opõem a interesses do capital imobiliário, a interesses de propriedade. Ao mesmo tempo que também é um espaço importante para entender relações entre patrimônio material e imaterial, que é uma divisão que existe do ponto de vista acadêmico, mas que no fim sempre envolve um conjunto articulado de questões. O patrimônio material, que diz respeito à uma perspectiva mais clássica dos conselhos, tanto no Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) quanto no Condephaat, diz respeito a edifícios, a estabelecimentos, mas que se justificam por uma história de ocupação social, de eventos que aconteceram ou que acontecem ali. E mais recentemente, a gente tem essa dimensão imaterial, que está se desenvolvendo também, primeiramente no Iphan, e começa a dar os seus sinais também no Condephaat, embora ainda muito iniciais. Eu tive a

oportunidade, inclusive, de ser conselheiro-relator, no ano passado (2015), do registro do samba rural paulista como patrimônio imaterial. Isso representou um primeiro passo do Condephaat nessa esfera do registro imaterial. É algo que ainda precisa ser muito mais desenvolvido, mas que é uma dimensão que tende a crescer muito, não só no estado de São Paulo, mas nacionalmente. Portanto, é muito importante que continue contando com a participação da universidade.

C.C. – Há outros antropólogos?

H.F. – Sim, na USP, é uma representação que se reveza entre Sociologia e Antropologia. Na Unicamp e na Unesp me parece que também há isso. Embora a gente tenha depois, em outros momentos, também antropólogos de outros campos. Por exemplo, nessa última gestão, o José Guilherme Magnani também participou, ligado a um convite da Secretaria da Cultura. Isso sem falar da participação de outras áreas das ciências humanas. Eu acho que é uma dimensão importante, algo que precisa crescer, sobretudo porque você tem um certo monopólio de arquitetos e urbanistas, que têm um papel obviamente importante, mas que precisam ser contrapostos por visões de outras áreas do saber, que também têm contribuições importantes a fazer nessa dimensão.

C.C. – Ótimo... Bom, Heitor, acho que a gente cobriu aqui a tua trajetória até agora. Você está muito ativo. Tem uma última pergunta que eu queria fazer, que a gente tem feito quase sempre nas entrevistas, que começou como uma curiosidade, mas o resultado acabou sendo interessante, que é perguntar sobre se você tivesse que destacar algum livro marcante ou alguns poucos livros marcantes na tua trajetória, o que é que te vem à mente? O que você lembra?

H.F. – Bom, nós vamos sendo marcados por muitos livros, não é? Acho que é uma experiência muito legal, de a gente se afetar por eles. Mas, acho que tem dois que eu gostaria de destacar, na passagem da minha graduação para a pós-graduação. Um deles é o “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade” (1986), do Marshall Berman. Um livro muito marcante para mim, em um momento que a gente estava discutindo bastante a questão da modernização urbana, do espaço público, dos conflitos. E termina por ser um livro muito interessante ao focar determinadas dimensões urbanas de Paris, de Nova York, enfim. Algo que também podia se desdobrar para uma discussão sobre Brasília, embora não tenha sido tratado diretamente no livro. Esse foi um livro muito marcante, que a gente debateu bastante na época. E outro é “Tristes trópicos” (1981 [1955]), do Claude Lévi-Strauss, que eu acho um livro peculiar na trajetória dele...

C.C. – Você leu quando?

H.F. – De 1984 para 1985. É um livro também muito marcante. Não é um livro, digamos, considerado ortodoxo, do ponto de vista científico, do estruturalismo, mas que discute muito a experiência do Lévi-Strauss como viajante e, ao mesmo tempo também, aborda a experiência dele em determinadas cidades brasileiras, incluindo São Paulo. Eu acho que esses são dois livros que, naquele momento, me influenciaram bastante. Embora a dimensão da viagem pela literatura seja algo que a gente tenha que se abrir a vida toda.

C.C. – Está ótimo.

H.F. – Obrigado, Celso.

[FINAL DA ENTREVISTA]